

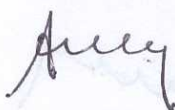


MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA
COMITÊ INTERFEDERATIVO - CIF

ATA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ INTERFEDERATIVO

2
3
4
5
6
7
8 Aos quatorze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às nove horas e trinta, na Sala de
9 Decisão do Palácio Fonte Grande, localizado na Rua Sete de Setembro, nº 362, Centro, Vitória/ES,
10 teve início a 21ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo sobre o Desastre de Mariana/MG.
11 Verificado o quórum regulamentar (lista de presença anexa), a Presidente suplente do CIF
12 cumprimentou a todos e deu início aos trabalhos com a apresentação dos presentes. Foi apresentado
13 o novo membro titular do CIF representante do CBH-Doce. Agradecimentos ao antigo membro,
14 atual presidente da AGERH/ES, pelo grande trabalho realizado como membro do CIF e
15 coordenador suplente da CT-SHQA desde da constituição do CIF. Em seguida, o Secretário-
16 Executivo do CIF fez a leitura da pauta, ressaltando os últimos preparativos para o Seminário do
17 CIF na Foz do Rio Doce, a ser realizado em Regência, distrito do município de Linhares/ES, no dia
18 seguinte. A representante do IEMA informou acerca do transporte dos participantes, de Vitória para
19 o local do seminário, fazendo um apelo para que os membros do CIF também participem do
20 seminário e ressaltando que se trata do primeiro evento na foz do rio Doce, onde ocorreram grandes
21 impactos, especialmente socioeconômicos, devido aos problemas em relação ao cadastro de
22 impactados. A coordenadora da CT-SHQA solicitou a inclusão de item extra pauta sobre a proposta
23 da Renova para alteração do prazo relacionado à Cláusula 171 do TTAC. Todos de acordo. Adiante,
24 o Secretário-Executivo do CIF comunicou que o Governo do ES apresentou indicação de
25 representante para composição do NAF e solicitou que o Governo de MG também indique
26 representante. A SECEX/MG ficará responsável pela articulação para a referida indicação. Na
27 sequência, a coordenadora da CT-SHQA reiterou que a Renova enviou ofício a todos os
28 coordenadores de CTs declarando que não custeará o acompanhamento dos programas pelos
29 servidores públicos designados para essa tarefa. Frisou que o PMQQS necessita de muitas ações de
30 vistorias in loco, as quais vem sendo custeadas pela ANA, mediante futuro ressarcimento pela
31 Renova à Agência, ressaltando que a interrupção das vistorias causaria prejuízo considerável à
32 execução plena das atividades, não apenas da CT-SHQA, mas também das demais CTs
33 socioambientais. Assim, sugeriu que a PFE/Ibama, PFE/ANA e AGU providenciem resposta
34 jurídica ao referido ofício. A SECEX formalizará consulta às Procuradorias Federais para
35 elaboração de resposta à Renova, até a próxima reunião do CIF. A Presidente suplente do CIF
36 informou que o custeio por parte da Renova provavelmente será abordado no novo Termo a ser
37 homologado. Na sequência, a coordenadora da CT-SHQA comunicou que não terá o mandato
38 reconduzido como Diretora da ANA, o qual se finda em janeiro de 2018, mencionando que
39 agendará reuniões com os três novos indicados às Diretorias da ANA para os informá-los dos
40 trabalhos desenvolvidos na recuperação do rio Doce, principalmente quanto ao PMQQS, programa
41 com maior interface com as competências da Agência e de suma importância para o futuro da
42 restauração ambiental. O Secretário da SEAPA questionou acerca do procedimento relativo à
43 comunicação com os municípios sobre o Programa de saneamento. A coordenadora da CT-SHQA
44 informou no mês anterior foi protocolizado documento intitulado "Diretrizes para Repasse de
45 Recursos, Apoio Técnico e Capacitação aos Municípios", o qual explicita as ações ordinárias do
46 programa, mencionando que a CT-SHQA realizou o chamamento aos municípios e que todas as
47 informações estão sendo compartilhadas com a SECEX/MG. Também ressaltou que o cronograma
48 com o detalhamento da sequência das ações do programa está disponível no documento
49 mencionado. O Secretário da SEAPA solicitou que seja informado com antecedência das reuniões

50 com os municípios. A coordenadora da CT-SHQA comunicou que no dia 20 de dezembro ocorrerá
51 reunião em Brasília convocada pelo Ministério das Cidades com a presença da CEF, BDMG,
52 SECEX/MG e a área de outorga da ANA, para discussão sobre o lançamento de efluentes em
53 Governador Valadares. No dia subsequente ocorrerá reunião similar para discussão acerca da
54 situação do município de Timóteo. Adiante, o coordenador da CT-ECLT solicitou inversão de pauta
55 com a CTEI, mediante justificativas, aceitas pelos membros do CIF. Na sequência, o Secretário-
56 Executivo do CIF apresentou a proposta de calendário de reuniões ordinárias e reuniões
57 intercâmaras para o ano de 2018, destacando que no próximo ano serão realizadas reuniões mensais
58 alternadas entre Brasília, Belo Horizonte e Vitória. A representante do IEMA reiterou a solicitação
59 para que as reuniões em Brasília se iniciem no período vespertino, devido aos possíveis atrasos em
60 razão dos deslocamentos dos membros representantes de MG e ES. O coordenador da CTOS
61 solicitou que seja agendada reunião intercâmara em Mariana, entre março e abril no próximo ano,
62 com a presença da CT-INFRA, CT-CPDCS e CTOS. O coordenador da CT-INFRA solicitou que a
63 reunião seja em fevereiro devido à urgência das demandas de Mariana. Votação. **Aprovado o**
64 **Calendário do CIF de 2018**, que será publicado no site do CIF. A Presidente suplente do CIF
65 solicitou aos coordenadores de CTs que divulguem com celeridade o calendário de reuniões das CTs
66 para o ano de 2018, os quais também serão publicados. Seguindo a pauta, a coordenadora da CT-
67 FLOR apresentou a NT nº 22/2017, que aprova e faz recomendações ao “Termo de Referência –
68 Seleção e Marcação de Matrizes e Colheita de sementes na bacia do Rio Doce”, apresentado pela
69 Renova em atendimento à Deliberação nº 90. A coordenadora explicou detalhes sobre as ressalvas
70 quanto à metodologia de germinação de sementes. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 133**. Na
71 sequência, foi apresentado o Parecer Técnico nº 4/2017, que aprova com ressalvas o Relatório de
72 Identificação e Mapeamento de Viveiros de espécies nativas e exóticas da Bacia do Rio Doce,
73 encaminhando pela Renova em atendimento à Deliberação nº 88. A coordenadora da CT-FLOR
74 apontou melhorias da qualidade do estudo, mas solicitou maior atenção da Fundação quanto aos
75 viveiros que não foram incluídos na relação final de unidades, enaltecendo a importância dos
76 viveiros, tanto relacionada aos aspectos ambientais, em virtude da recuperação das nascentes e dos
77 quarenta mil hectares de APP, quanto aos aspectos socioeconômicos, em razão da oferta de emprego
78 e renda nas localidades. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 134**. Em seguida, houve apresentação
79 da NT nº 2/2017, onde constam considerações sobre o “Relatório de Recuperação de nascentes na
80 bacia do rio Doce – Ano 01”, encaminhado pela Renova em atendimento à Cláusula 163 do TTAC.
81 A coordenadora da CT-FLOR declarou que a qualidade do estudo melhorou devido à participação
82 dos técnicos dos órgãos públicos nas análises, alertando a Fundação acerca do polígono das
83 nascentes e dos problemas sobre a metodologia, destacando que a legislação ambiental deve ser
84 cumprida em relação às APPs das nascentes. Explicações ponto a ponto das considerações da NT e
85 debates sobre os prazos determinados na minuta de deliberação, restado decidido que serão
86 considerados dias úteis. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 135**. Conforme inversão da pauta, o
87 coordenador da CT-ECLT apresentou informes sobre o andamento dos trabalhos em relação ao
88 Programa de Apoio à Cultura, Esporte e Lazer e ao Programa de Educação Ambiental, ressaltando
89 que o desenvolvimento e o amadurecimento dos programas foram realizados em parceria com a
90 Renova e diversas instituições dos estados de MG e ES. Destacou que foram criados Grupos
91 Técnicos de Cultura, Lazer e Turismo nos estados, os quais estão elaborando propostas de
92 deliberações sobre os programas. Informou sobre o workshop realizado no Parque Estadual do Rio
93 Doce, onde foram apresentadas dezenas de práticas de revitalização em educação ambiental,
94 selecionadas via chamada pública. Também foi realizada uma oficina em Governador Valadares
95 com gestores públicos, em outubro, para a elaboração dos programas, que teve a participação de 34
96 dos 39 municípios impactados, além de sete comitês do CBH-Doce. Na sequência, o coordenador
97 apresentou a NT nº 04 da CT-ECLT, a qual coleciona aspectos da legislação brasileira relativos ao
98 tema da educação ambiental, traçando as diretrizes complementares para o programa previsto na
99 Cláusula 172 do TTAC, a ser executado pela Renova. Em seguida, apresentou a proposta de



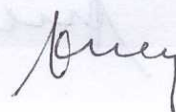
100 deliberação e relatou as dificuldades relativas à abrangência do programa. Também teceu
101 comentários sobre a percepção de pertencimento à bacia hidrográfica, o protagonismo dos comitês
102 de bacia como órgãos sociais, a construção dos editais, a participação permanente da sociedade
103 civil, a interface do Programa de Educação Ambiental com outros programas do TTAC, a
104 capacitação dos educadores, os grupos intersetoriais, as redes de educação ambiental, o
105 envolvimento das comunidades rurais e a avaliação e os ajustes periódicos do programa. Amplo
106 debate acerca da abrangência do programa em conformidade com o TTAC e as diretrizes da NT.
107 Debates sobre o período da avaliação do programa. Ajustes de redação. Consenso para que a
108 proposta de deliberação contemple a Área Ambiental 1. A CT-ECLT solicitará consulta jurídica em
109 relação à proposta de extensão da área de abrangência do Programa de Educação Ambiental.
110 Votação. Aprovada a **Deliberação nº 136**. Adiante, foram tratados encaminhamentos do Programa
111 de Reintegração à Comunidade Escolar, em Linhares. O coordenador da CT-ECLT explanou acerca
112 dos impactos no sistema de educação do município relacionados à migração de alunos para a
113 comunidade de Povoação. A situação junto à prefeitura de Linhares vem sendo monitorada,
114 surgindo demandas para que as novas despesas sejam custeadas pela Renova, visto que os impactos
115 econômicos indiretos sucederam em razão do desastre. A solicitação foi enviada à Renova e
116 encontra-se sob análise jurídica. Na sequência, foi retomada a proposta de deliberação sobre a
117 educação integral em Mariana. O coordenador da CT-ECLT apresentou o histórico da demanda e
118 fez leitura integral do parágrafo único da Cláusula 56 do TTAC, a qual justificaria o atendimento do
119 requerimento municipal. Em seguida, destacou a Cláusula 89, referente ao Programa de
120 Recuperação das Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar. A CT-ECLT, em conjunto com a
121 CTEI, fez uma análise da situação fiscal de Mariana relacionada à educação integral, no qual se
122 concluiu que, devido à queda da arrecadação, e sem a perspectiva de custeio pela Renova, a
123 retomada da educação em tempo integral para o ano de 2018 restará impossibilitada. O Prefeito de
124 Mariana relatou o contexto da queda da arrecadação proveniente da mineração e o impacto na verba
125 para educação. Amplo debate sobre a possibilidade de votação da proposta e o grau de aderência ao
126 TTAC. O Secretário da SEAPA solicitou registro em ata sobre o posicionamento favorável do
127 Governo de MG para votação da proposição. A representante do IEMA afirmou que o Governo do
128 ES não se posiciona contrariamente à votação, mas apontou para a necessidade de avaliação jurídica
129 do pleito previamente. O Prefeito de Baixo Guandu também se posicionou favoravelmente à
130 votação. A coordenadora da CT-SHQA ressaltou a necessidade do núcleo jurídico com maior
131 presença no CIF e solicitou registro em ata para os representantes da AGU compareçam às reuniões.
132 A Presidente suplente propôs o seguinte encaminhamento: a SECEX fará consulta jurídica à AGU
133 sobre a situação da escola em tempo integral em Mariana. Votação adiada. Às doze horas e trinta
134 minutos a reunião foi **suspensa para o almoço**, sendo retomada às quatorze horas. Próximo item da
135 pauta, o coordenador da CTEI apresentou a NT nº 43, relativa à aprovação de chamada proposta
136 pela Fundação Renova, sob a responsabilidade da FAPES e da FAPEMIG, para fomento e
137 financiamento à produção de conhecimento relacionado à recuperação das áreas impactadas pelo
138 desastre, conforme Cláusulas 113 a 115 do TTAC, com valor de investimento total de até seis
139 milhões de reais, empregados em dois anos. O detalhamento de todas as etapas da chamada e das
140 responsabilidades envolvidas encontra-se nos documentos anexos ao plano de trabalho elaborado
141 em conjunto pela FAPES e pela FAPEMIG, instituições reconhecidas pela excelência no processo
142 de elaboração de editais de pesquisa, com atuação na área de capacitação de corpos técnicos e
143 formação de equipes para pesquisa. O coordenador mencionou que as duas instituições organizarão
144 seminários de chamamento público para os interessados a partir do segundo semestre de 2018. Em
145 seguida, foram apresentadas oito linhas temáticas de pesquisas, as quais serão contempladas nos
146 editais: tecnologia sociais, estudos socioeconômicos, monitoramento de ecossistemas, águas
147 subterrâneas, recuperação de nascentes e APPs, novos processos para gestão do conhecimento e
148 governança, manejo de rejeitos e organização social com foco nas comunidades de Bento
149 Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 137**. Após a



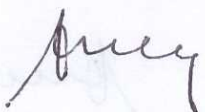
150 aprovação da deliberação, o coordenador da CTEI destacou que será possível iniciar os trabalhos
151 em dezembro, com previsão para contratação dos estudos para o início de março de 2018. Em
152 seguida, o coordenador da CTEI fez informes sobre o ressarcimento dos compromitentes,
153 comunicando que mais da metade dos valores previstos no anexo da Cláusula 141 do TTAC já
154 foram ressarcidos pela Renova. Com relação ao projeto piloto de ressarcimento dos municípios,
155 verificou-se que a metodologia atual não contempla os verdadeiros esforços municipais
156 empenhados à época do desastre, sendo necessária a elaboração de modelo alternativo. A CTEI vem
157 analisando a possibilidade de aplicação de valor mínimo a todos os municípios, aplicando-se
158 modulação entre fatores para minoração ou majoração do valor do ressarcimento, conforme a
159 situação de cada município. O número de cadastros de impactados por município e os valores
160 dispendidos com reparação de infraestruturas devem ser considerados como critérios. O primeiro
161 tem relação direta com gastos na área social, como saúde e educação, e o segundo com os gastos em
162 recuperação de estradas vicinais, pontes e demais estruturas urbanas. A metodologia alternativa
163 buscaria similaridade à adotada pela CT-SHQA em relação ao Programa de saneamento. O
164 representante da EY declarou que as diretrizes serão analisadas após a entrega da nova metodologia,
165 para avaliação e mensuração. A nova metodologia de ressarcimento dos municípios foi aceita pelos
166 membros do CIF, destacando-se que serão utilizadas informações da CT-INFRA, para mensuração
167 dos gastos em infraestrutura, assim como dados da CTOS relativos ao cadastro de impactados.
168 Encaminhamento: A CTEI apresentará NT com os detalhamentos da metodologia na próxima
169 reunião do CIF. Adiante, o coordenador da CTEI teceu comentários sobre o Grupo Técnico de
170 Oferta de Energia em Mariana, informando que foram realizadas duas reuniões com a CEMIG, a
171 qual, anteriormente ao desastre, planejava reforço do sistema de fornecimento de energia ao
172 município devido à baixa produção da UHE Risoleta Neves, em razão do regime hídrico. Contudo,
173 havia disponibilidade extra de 35 MW, o que não ocorre atualmente, situação que provavelmente
174 será mantida até o primeiro semestre de 2022, quando os projetos de reforço do subsistema,
175 aprovados pela EPE/ONS/ANEEL, serão concluídos. Em seguida, foram apresentados diferentes
176 cenários para solução da questão. Em janeiro ocorrerá nova reunião entre CTEI e CEMIG, quando
177 serão discutidos modelos de negócio, análogos às PPPs, para viabilizar a antecipação da construção,
178 com possível ressarcimento a partir de 2022. Dúvidas sobre a capacidade de suporte após a
179 retomada das atividades da UHE. O Secretário da SEAPA asseverou que o maior entrave para ações
180 de investimento na região de Mariana é justamente a falta de disponibilidade de energia elétrica.
181 Devido à proximidade com o tema abordado, o coordenador da CT-Rejeitos fez os informes gerais
182 da CT, mencionando que o consórcio que administra a UHE Risoleta Neves é responsável pela
183 solicitação de revisão do licenciamento ambiental e da outorga perante os órgãos pertinentes.
184 Comunicou que na semana anterior foi realizada reunião no Palácio do Planalto, onde foi acordado
185 que até o final do mês as partes se manifestariam sobre as reais necessidades para o enchimento do
186 reservatório, conforme a Deliberação nº 80, ressaltando que a Renova apresentou Plano de
187 Enchimento que foi rejeitado pelo Consórcio Candonga, com indicativo de não cumprimento da
188 referida deliberação. Explicou que se trata de situação administrativa incomum, visto que o
189 Consórcio executará o plano e a ANA e a ANEEL controlarão as ações relativas ao enchimento,
190 independentemente do CIF e da Renova. Por fim, informou sobre o cronograma, com previsão de
191 que o enchimento seja realizado paulatinamente até meados de 2018 e o retorno das operações
192 aconteça até o final do próximo ano. O coordenador da CTEI mencionou que, segundo a CEMIG, o
193 principal problema não está relacionado à geração de energia, mas à sua distribuição. Na sequência,
194 o coordenador da CT-Rejeitos apresentou informes sobre a limpeza do reservatório da UHE de
195 Aimorés em Resplendor, afetada pelos rejeitos provenientes do desastre. A coordenadora da CT-
196 SHQA complementou que se tratam de ações rotineiras, as quais são acompanhadas e fiscalizadas
197 pela ANA e pelo IBAMA, porém com maior atenção após o desastre. O coordenador da CTEI
198 retomou a apresentação, com informes relativos à resposta da Renova sobre a denúncia envolvendo
199 a compra das camionetes, apresentada na última reunião do CIF. Segundo ofício da Fundação,



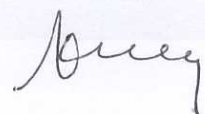
200 enviado em 11 de dezembro, a Renova reiterou que prioriza os fornecedores locais e que os
201 processos de compras são concorrenciais, inclusive com a participação de ofertantes externos para
202 se proporcionar efetivo preço de mercado no certame. A compra denunciada envolve o aluguel de
203 duas categorias de veículos, camionetes e veículos intermediários, sendo que o processo
204 concorrenciais foi iniciado com dezenove fornecedores, cinco de Mariana, dez de Belo Horizonte e
205 quatro de Vitória. Após as análises técnicas e comerciais, foi selecionado um fornecedor de
206 Mariana, para os veículos intermediários, e outro de Belo Horizonte, para as camionetes. A Renova
207 negociou com o fornecedor de Belo Horizonte para que o mesmo providenciasse nova inscrição de
208 CNPJ e transferência do emplacamento para Mariana. Por fim, o coordenador da CTEI afirmou que
209 a análise parcial da CT não identificou, até o momento, fatos que demonstrem violação parcial do
210 TTAC. Entretanto, faz-se necessário maior detalhamento da política de compras da Renova, o que
211 exigirá coleta de informações complementares. A CTEI elaborará NT com as conclusões sobre o
212 assunto. O Prefeito de Mariana argumentou que os responsáveis pela denúncia não foram
213 convidados para exposição dos motivos perante a CTEI, porém foi possível perceber os avanços
214 relativos à contratação de serviços e compras locais, como por exemplo, o emplacamento dos
215 veículos no município de Mariana. O último informe da CTEI versou sobre o convite do MPMG
216 para participação em reunião para discussão da política de compras locais da Renova. Próximo item
217 da pauta, o representante da CT-BIO apresentou a NT n° 8/2017, que analisa o Plano de Trabalho
218 intitulado “Atendimento à Cláusula 165 do TTAC”, para atendimento à Deliberação n°112, com
219 posicionamento da CT pela aplicação à Renova das sanções previstas na Cláusula 247. A
220 representante da Renova declarou que existe minuta de resposta, não protocolizada sob justificativa
221 de dependência de nova deliberação do CIF para prosseguimento das atividades. Em seguida,
222 apresentou apontamentos sobre as questões apontadas na NT, tais como a avaliação periódica das
223 atividades da Renova pelos órgãos ambientais e o custeio dos workshops, o qual a Renova estaria
224 impedida de realizar. Com relação à qualificação das instituições responsáveis pelo monitoramento
225 e estudos, a representante da Renova declarou que as ARTs foram apresentadas. Quanto ao banco de
226 dados, a representante informou que as orientações da Deliberação n° 113 foram seguidas, para
227 apresentação sobre o armazenamento no âmbito do Plano de Trabalho, mencionando que algumas
228 complementações técnicas se encontram minutadas, as quais poderão ser protocoladas no dia atual,
229 caso haja necessidade. Amplo debate. Questionamentos sobre os aspectos formais de notificação e
230 multa. Conforme acordado na última reunião da CT-BIO, o prazo final concedido para protocolo da
231 resposta ainda não havia vencido e, portanto, a proposta de deliberação perdeu o objeto. Assim, a
232 proposta de deliberação foi retirada de pauta. O novo coordenador da CT-BIO, representante do
233 Projeto Tamar, foi anunciado. Adiante, foi apresentada proposta de deliberação para avaliação de
234 impactos em Unidades de Conservação, conforme NT n° 10/2017, a qual recomenda a aprovação,
235 com ressalvas, do Plano de Trabalho para os “Estudos de avaliação da incidência e magnitude dos
236 impactos gerados pelo rompimento da Barragem de Fundão nas UCs diretamente afetadas”,
237 apresentado pela Renova em atendimento à Cláusula 181 do TTAC. O representante da CT-BIO fez
238 uma breve apresentação das ressalvas destacando a avaliação do fluxograma do plano de trabalho,
239 explicando o fluxo do trabalho a ser realizado pela Renova e pelas empresas a serem contratadas.
240 Leitura integral da proposta de deliberação. Votação. Aprovada a **Deliberação n° 138**. Na
241 sequência, a coordenadora da CT-SHQA apresentou balanço geral do período em que esteve na
242 coordenação da CT, visto que provavelmente não seguirá como coordenadora no próximo ano.
243 Ressaltou que no dia 11 de dezembro foi enviado o ofício circular às prefeituras dos municípios da
244 Área Ambiental 2, com orientações sobre o documento “Diretrizes para Repasse de Recursos,
245 Apoio Técnico e Capacitação aos Municípios”, conforme a Deliberação n° 122. Até o dia 20 de
246 dezembro, a Renova deverá apresentar as recomendações complementares exaradas na Nota
247 Técnica n° 16 da CT-SHQA para o GT de Abastecimento. Registra-se em ata a manifestação
248 favorável dos membros do CIF para a transferência da ETA modular da Mina de Germano para a
249 ETA do Bairro Santa Rica, em Governador Valadares/MG. Foi reiterado que o sistema de



250 monitoramento implantado na bacia hidrográfica do rio Doce é o mais moderno do Brasil. Em
251 seguida, a coordenadora da CT-SHQA avaliou a sua participação no CIF como membro suplente
252 representante da ANA, assim como na coordenação da CT, agradecendo o trabalho de todos os
253 envolvidos. Todos os membros do CIF agradeceram à coordenadora pela excelência do trabalho
254 realizado frente à CT-SHQA. Adiante na pauta, o representante da CT-Saúde tratou do seminário
255 realizado em Governador Valadares, que versou sobre a temática da água, contando com a
256 participação dos técnicos da CT e a sociedade. Destacou que o principal encaminhamento do evento
257 foi relativo ao desafio acerca da análise integrada dos dados da água. Em seguida, foi apresentada a
258 NT nº 14/2017 da CT-Saúde, contendo o “Questionário para Diagnóstico Preliminar da Situação de
259 Saúde e Capacidade de Resposta dos Municípios”, para levantamento e identificação das
260 determinantes e dos impactos na saúde da população atingida direta e indiretamente por meio de
261 descrição e avaliação dos impactos sofridos pela gestão municipal, possibilitando a caracterização
262 dos danos humanos e materiais, os gastos e recursos extraordinários e a mudança no perfil
263 epidemiológico. Em seguida, fez a leitura da minuta de deliberação que aprova a referida NT e
264 autoriza o envio do questionário para caracterização dos danos e do perfil epidemiológico. Houve
265 debate sobre o prazo para a resposta dos municípios, o qual foi sugerido no próprio texto da
266 deliberação. Ajustes na redação. Votação. Aprovada a **Deliberação nº 139**. O representante da
267 Renova questionou sobre a disponibilização dos dados provenientes das pesquisas para
268 complementação de outros estudos científicos relativos aos impactos sociais da bacia hidrográfica
269 do rio Doce. Foi esclarecida a possibilidade de cruzamento dos dados. A Secretária da SETADES
270 elogiou a iniciativa e ressaltou que as informações poderão ser utilizadas em pesquisas sociais.
271 Antes de dar sequência à pauta, o Secretário-Executivo do CIF comunicou sobre o recebimento de
272 ofício da SEGOV com a indicação da nova suplente membro do CIF, com Portaria de nomeação já
273 assinada e a ser publicada no Diário Oficial da União. A coordenadora da CT-CPDCS, via
274 videoconferência, apresentou o contexto da aprovação da Deliberação nº 105, contendo
275 recomendações de aprimoramento dos canais de comunicação da Renova, visando o acesso à
276 informação pela sociedade. Em novembro, durante a reunião da CT-CPDCS, foi solicitado
277 fornecimento, por parte da Renova, do acesso aos pareceres relativos ao cadastro dos impactados
278 aos Defensores Públicos, restando acordado que a Fundação deveria realizar as adequações
279 solicitadas e disponibilizá-los no site até o dia 16 de novembro. Por sua vez, na reunião do CIF de
280 novembro, a Renova forneceu acesso à CT-CPDCS para avaliação dos canais de comunicação e foi
281 constatado que o item 1, subitem 1.1, inciso III, alínea “d” não estava em conformidade com as
282 determinações da Deliberação nº 105. Também foi reapresentado o Ofício nº 173/2017 da DPU,
283 com apontamentos sobre o descumprimento de itens relativos aos canais de comunicação. Leitura
284 integral da minuta de deliberação. Debate sobre o prazo, o qual foi fixado para o dia 15 de janeiro.
285 Ajustes na redação acerca do descumprimento parcial da Deliberação nº 105. Votação. Aprovada a
286 **Deliberação nº 140**. Foi comunicado que os informes da CT-IPCT foram retirados de pauta.
287 Próxima CT a apresentar, o coordenador da CTOS apresentou a NT nº 017/2017, que comunica o
288 descumprimento das Deliberações nº 58 e nº 93, solicitando atendimento emergencial e imediato às
289 comunidades capixabas listadas na Deliberação nº 58, com direcionamento dos programas
290 socioeconômicos aos impactados da região estuarina, marinha e costeira. O coordenador ressaltou
291 que, até o momento, a Renova não prestou medidas suficientes de apoio àquelas comunidades após
292 o cadastro inicial, o que configura descumprimento do item 2 da referida Deliberação, notadamente
293 no que tange à obrigação de direcionamento dos programas socioeconômicos às comunidades.
294 Também destacou o Mapa de Vulnerabilidade, estudo abrangente que permite, inicialmente, a
295 identificação das famílias de baixa renda relacionadas à pesca mais atingidas pelo desastre, com
296 perdas de renda em torno de 60%. Leitura integral da minuta de deliberação. A representante da
297 Casa Civil, via videoconferência, descreveu o histórico e o contexto relativo às duas deliberações
298 descumpridas e defendeu a inadmissibilidade de novas protelações referentes à situação das
299 comunidades vulneráveis fortemente impactadas. O representante da Renova argumentou acerca da



300 diferença entre elegibilidade para o cadastro e elegibilidade para os programas, descrevendo as
301 ações administrativas e afirmando que houve cumprimento das deliberações. Outro representante da
302 Renova solicitou registro em ata que não houve descumprimento das deliberações. O Defensor
303 Público Federal no ES relatou todos os trabalhos realizados no litoral capixaba e as diversas recusas
304 da Samarco e da Renova quanto ao reconhecimento dos impactos sociais na região. Enfatizou as
305 contradições entre os posicionamentos oficiais da Renova e a realidade constatada nas localidades
306 através das várias denúncias reiteradamente avaliadas. O Prefeito de Baixo Guandu reforçou a
307 situação calamitosa da população impactada e, em respeito à sociedade, clamou por deliberação
308 enérgica do CIF. Amplo debate. Confirmação do descumprimento da Notificação nº 03. Votação.
309 Aprovada a **Deliberação nº 141, com fixação de multa punitiva e multa diária**, nos moldes das
310 Cláusulas 247, parágrafos terceiro e décimo, e 249 do TTAC. O coordenador da CTOS solicitou que
311 o outro item a ser abordado pela CT fosse retirado da pauta. O Presidente da Renova declarou que
312 mantém o compromisso pelo cumprimento do entendimento deliberado pelo CIF, mas ressaltou que
313 a Fundação atuará na seara jurídica para esclarecimentos das questões ligadas às Deliberações nº 58
314 e nº 93. Por último, o coordenador da CT-INFRA fez informes sobre o reassentamento de Bento
315 Rodrigues, mencionando que a Comissão dos Atingidos de Bento Rodrigues, legitimamente,
316 decidiu não mais se reunir com a Renova, em retaliação à posição das empresas mantenedoras pela
317 não assinatura de acordo em Ação Civil Pública. Essa paralisação acarretou em atraso do
318 cronograma, em fase de qualificação das decisões tomadas nas oficinas e de construção dos projetos
319 alternativos, os quais seriam postos em votação na Assembleia agendada para o dia 9 de dezembro,
320 para posterior aprovação do projeto de parcelamento do solo pela Prefeitura de Mariana. A CT-
321 INFRA comunicou a necessidade de repactuação do cronograma ao Ministério Público, o qual se
322 comprometeu pela elucidação do cronograma à Comissão dos Atingidos, ressaltando que a CT
323 continuará acompanhando a situação para reprogramação das atividades. O Presidente da Renova
324 explicou que se trata de ACP que envolvem as empresas, e não a Fundação, mencionando o
325 posicionamento das empresas de que o assunto do reassentamento não poderia ser rediscutido em
326 outro instrumento jurídico, visto que se encontra contemplado no TTAC. Todavia, o MP almeja a
327 celebração de novo acordo, em desencontro à vontade das empresas de manterem apenas o TTAC
328 como via principal. A representante da Renova informou que haverá reunião entre o Ministério
329 Público e as empresas para discussão do tema no dia 20 de dezembro. Com relação ao
330 reassentamento de Paracatu de Baixo, o coordenador da CT-INFRA informou que a Renova deverá
331 entregar o relatório no dia subsequente à reunião e que, na semana posterior, ocorrerá reunião para
332 discussão do referido documento, com possibilidade de realização de assembleia para deliberação
333 sobre o relatório. Em seguida, o representante do CIF no Conselho Curador da Fundação Renova
334 foi apresentado formalmente. O conselheiro informou que foi indicado pelo CBH-Doce e solicitou
335 apoio técnico no desenvolvimento dos trabalhos, colocando-se à disposição para as demandas.
336 Também fez informes sobre as reuniões do Conselho Curador. Penúltimo item da pauta, o
337 representante da Renova apresentou o orçamento da Fundação para o ano de 2018, contendo
338 cronograma, sumário, visão geral, programas prioritários e despesas de gestão. Desde agosto, a
339 Presidência, a Diretoria e os Conselho Curador e Consultivo da Renova vêm se reunindo com as
340 empresas mantenedoras para tratativas acerca do orçamento total da Fundação, o qual é constituído
341 por três grupos de despesas: administrativas, de gestão e finalísticas. Para 2018, estão previstos
342 gastos de quase setenta milhões de reais em despesas administrativas e mais de dois bilhões em
343 despesas finalísticas. Apresentação do orçamento categorizado em ações reparatórias e
344 compensatórias, divididas em programas socioeconômicos e socioambientais. Foi detalhado que
345 quase 90% do orçamento será destinado às ações reparatórias, sendo cerca de 30% para os
346 programas socioambientais e 70% para as ações socioeconômicas. A Presidente suplente do CIF
347 questionou acerca das despesas para recuperação ambiental fora da Área Ambiental 1, as quais
348 envolveriam recuperação de nascentes e de APPs. Também asseverou que, conforme consenso na
349 CT-FLOR, as atividades agropecuárias não devem ser incluídas dentro do orçamento de



350 recuperação ambiental, por se tratarem de programas diferentes. Em seguida, foram apresentados os
351 projetos prioritários e os orçamentos previstos para cada um, destacando que para o PIM e para o
352 Auxílio Financeiro Emergencial serão destinados quase 800 milhões de reais. Dúvidas e
353 esclarecimentos. O Presidente da Renova solicitou celeridade das prefeituras na apresentação dos
354 projetos relativos ao Programa de saneamento, conforme às orientações das “Diretrizes para
355 Repasse de Recursos, Apoio Técnico e Capacitação aos Municípios”. Encaminhamentos para que as
356 prefeituras apresentem os projetos de destinação de ações compensatórias. Por fim, devido ao
357 horário avançado, a auditoria independente apresentou sucintamente a proposta de atualização do
358 Procedimento Operacional Padrão. O representante da EY informou que, em janeiro, será
359 apresentada nova versão do POP, em relatório sobre o período de um ano e meio de atividades.
360 Últimos apontamentos. Dúvidas e esclarecimentos. A representante do IEMA fez os últimos
361 informes sobre o deslocamento de ida e volta de Vitória para Regência, para o Seminário do CIF na
362 Foz do Rio Doce. A Presidente suplente do CIF agradeceu a presença de todos. A 21ª Reunião
363 Ordinária do CIF se encerrou às dezoito horas e trinta minutos do dia quatorze de dezembro de
364 2017.

